



2021

DIA DA PESQUISA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

APOIO:



XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
2021

XXVIII Seminário de Iniciação Científica da FGV-EAESP

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – CNPq e FGV

Programa Residência em Pesquisa – FGV EAESP Pesquisa e Publicações

Programa Conexão Local – FGV EAESP Pesquisa e Publicações

Apresentação

A FGV EAESP Pesquisa e Publicações realiza o XXVIII Seminário de Iniciação Científica.

Neste evento, os alunos de graduação apresentam suas pesquisas, resultado de um ano de trabalho, com apoio de seus orientadores.

No ciclo 2020-2021:

- O PIBIC envolveu 32 alunos bolsistas e 23 professores orientadores.
- O Programa Residência em Pesquisa envolveu 87 alunos em atividades nos Centros de Estudos, totalizando a utilização de 103 bolsas.
- O Programa Conexão Local reuniu 12 alunos da graduação e 6 doutorandos.

É notável a crescente preocupação com temas sociais, revelando a orientação de pesquisadores e orientadores para questões que afetam a nossa sociedade.

Nestes últimos 28 anos, o PIBIC na FGV EAESP cresceu e se consolidou, gerando impacto positivo para os seus participantes. De fato, um número representativo destes alunos abraçou a carreira acadêmica, alguns deles em nossa própria instituição.

Anotamos nossos agradecimentos:

- Aos bolsistas, professores orientadores, funcionários, avaliadores internos e externos;
- Aos integrantes da Comissão do PIBIC;
- À equipe interna do FGV EAESP Pesquisa e Publicações
- Aos colegas de escolas parceiras; e
- Ao CNPq e à FGV.

Thomaz Wood Jr.
Coordenador

SUMÁRIO

Ciência Política

A Instrumentalização das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) Contra o Governo Bolsonaro: uma análise das adis impetradas no período de 2019-2020	7
O Papel da Renovação Política em Meio à Crise de Representatividade Brasileira	8

Contabilidade e Finanças

O Papel de Incentivos Financeiros na Manipulação Implícita.....	10
---	----

Educação em Gestão

A Promoção da Equidade no Sistema Educacional sob a Ótica de Gestores de uma Diretoria Regional de Educação	12
Desmembramentos do Movimento Estudantil: um estudo sobre a diversidade associativa na FGV-SP	13

Empreendedorismo

Redes Sociais e o Fomento da Atividade Empreendedora: uma análise da comunicação de negócios digitais voltados para diferentes gêneros no Instagram	15
---	----

Gestão da Inovação

Novas Ferramentas Tecnológicas e Metodologias de Ensino.....	17
--	----

Gestão da Saúde

A Importância do Sistema de Saúde diante da Emergência de Saúde Pública.	19
O Financiamento do Sistema Único de Saúde durante a Pandemia de Covid-19: limites e desafios do federalismo brasileiro.....	20

Gestão de Operações e Logística

O Impacto da Crise do Novo Coronavírus em Micro e Pequenas Varejistas	22
---	----

Gestão Pública

A Proteção Social nos Municípios Brasileiros: o caso da renda básica de Maricá.....	24
O Estado de Implementação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) como a Coordenação Federativa pode Melhorar a Governança na Área de Segurança Pública.....	25
O Estado de Implementação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) como a Coordenação Federativa pode Melhorar a Governança na Área de Segurança Pública.....	26
Entidades Privadas na Administração Pública, Análise do Processo de Seleção e de Contratualização das Organizações Sociais de Saúde no Município de São Paulo	27
Eugenia Social e Encarceramento em Massa: o perfil do custodiado no sistema prisional do estado de São Paulo	28
Inovações no Programa Nacional de Alimentação Escolar: desafios para a gestão no município de São Paulo	29
Relação de Trabalho: força maior ou fato príncipe; pandemia.....	30

Perspectivas e Desafios para a Relação dos Pequenos Agricultores ao PNAE no Município de São Paulo.....	31
Respostas Subnacionais no Enfrentamento da Pandemia Covid-19: a mobilização de tecnologias pelos governos municipais de Santo André e Araraquara.....	32
Saneamento Básico e Desigualdade Social: a cidade de São Paulo em perspectiva.....	33

Políticas Públicas

A Importância da Tecnologia na Preservação do Emprego e da Renda durante a Pandemia Covid 19	35
Análise Comparativa das Medidas para Preservação de Emprego e de Renda Adotadas pelo Brasil e por Outros Países Sul- americanos.....	36
Proteção Social Pós-pandemia: análise das propostas de instituição de uma renda básica no Brasil	37
A Operação Lava Jato como Ponto de Inflexão sobre o Estado de Direito e a Democracia no Brasil	38
Cooperação Federativa Interestadual no Brasil: o caso do Consórcio do Nordeste.....	39
Desenvolvimento Local, Turismo e Desigualdade Social: a influência da pandemia da Covid-19 nos setores público e privado do município de Ilhabela (sp).....	40
Impacto e Efeito das Medidas Governamentais na Preservação dos Empregos e das Empresas.....	41
As Ocupações e a Pandemia no Centro da Cidade de São Paulo.....	42
Políticas Públicas de Reconhecimento e Redistribuição em Comunidades Quilombolas: raça, territorialidade e multiculturalismo.....	43

Trabalho

Políticas Públicas de Saúde Indígena.....	45
Impacto da Pandemia Covid – 19 na Mobilidade Internacional de Trabalhadores.....	46
Modelo de Dados Flexível para Análise Fundamentalista Moderna: um estudo geral com dados no Brasil	47
O Impacto do Home Office nas Relações Trabalhistas e o Futuro do Trabalho.....	48

Conexão Local

Respostas Indígenas à Pandemia do Covid-19: os casos de São Paulo-SP e São Gabriel da Cachoeira-AM	Erro! Indicador não definido.
O Programa Cientista Chefe como Política Pública: análise da implementação	51
Uma Educação e Gestão como Prática da Liberdade: Escolinha Maria Felipa	51

Acesse os trabalhos e apresentações	53
--	-----------

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC

CIÊNCIA POLÍTICA

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) CONTRA O GOVERNO BOLSONARO: UMA ANÁLISE DAS ADIS IMPETRADAS NO PERÍODO DE 2019-2020. Pedro Gama Ancona de Faria (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- CNPq) e Claudio Couto (Professor e Pesquisador no Departamento de Ensino Gestão Pública, GEP, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Inerentemente, existe nos regimes democráticos constitucionais um conflito entre o constitucionalismo e a democracia como sistemas decisórios da condução do Estado. Nesse embate estão situados os conflitos decisórios advindos do controle de constitucionalidade, onde as normas resultantes do jogo democrático são filtrados pela ordem constitucional positivada, com destaque para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), principal brasileiro mecanismo do controle supracitado. Após a Constituição de 1988, expandiram-se a abrangência dos temas abarcados pela ordem constitucional e o rol de legitimados para a proposição de ações constitucionais, de tal sorte que desde então as ADIs tornaram-se um dos principais instrumentos de judicialização da política.

[RESULTADOS] O presente estudo busca demonstrar como se têm sido utilizadas as ADIs como instrumentos políticos e como as decisões do STF refletem o contexto político e impactam a disputa entre poderes. Para tanto, foram analisadas todas as ADIs impetradas contra atos normativos unilaterais da Presidência da República - Medidas Provisórias e Decretos Presidenciais - ao longo dos anos de 2019 e 2020.

[METODOLOGIA] Com base em uma análise estatística descritiva de diversas variáveis, foi possível identificar o uso político de diversos atores com a modalidade processual e como o STF vem decidindo contra o atual governo no controle de constitucionalidade. Também foi feito um estudo de caso que contribuiu para uma maior compreensão de como a corte suprema, no desempenho legítimo de suas prerrogativas, se situa no foco do debate político e suas decisões reverberam nas instâncias representativas e também na opinião pública.

[CONCLUSÃO] Com base neste trabalho, foi demonstrado que, no âmbito do controle de constitucionalidade promovido pelas ADIs, o STF resguardou a ordem constitucional que foi frequentemente violada pelos atos normativos do presidente Bolsonaro.

Palavras Chave: Constitucionalismo; Interpretação Constitucional; Judicialização da Política; Conflito entre Poderes; Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

O PAPEL DA RENOVAÇÃO POLÍTICA EM MEIO À CRISE DE REPRESENTATIVIDADE BRASILEIRA. Ionatan Gottfried (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq) e Claudio Gonçalves Couto (Professor e Pesquisador no Departamento de Ensino GEP, EAESP-FGV).

[INTRODUÇÃO] O fenômeno da renovação política tem ganhado força nos últimos anos. Sua ascensão começa a ser observada a partir de 2010 e passa a ter mais repercussão a partir das Jornadas de Junho de 2013. O cenário por trás desse fortalecimento é composto por uma descrença generalizada da política e pelo aumento da desconfiança nos partidos e nas instituições. Tal conjuntura pode ser caracterizada como crise de representatividade, a qual tem origem nos primórdios da república brasileira, mas foi intensificada no pós-redemocratização por conta das fragilidades do sistema político-partidário estabelecido. Esta pesquisa busca, assim, contextualizar essa crise de representação e identificar as atuações dos grupos de renovação política (GRP) frente a essa. **[METODOLOGIA]** O estudo concentra-se em métodos qualitativos, utilizando entrevistas como instrumento de coleta de dados e a categorização como ferramenta de análise (Miles e Huberman, 1994). O referencial teórico, dividido em sete subtemas, é constituído por uma revisão da literatura dos principais autores do campo. Como objeto do estudo, escolheu-se seis dentre os GRP, a partir de um recorte de notabilidade. **[RESULTADOS]** Dentre as atuações dos GRP, verificou-se uma variedade de estratégias adotadas que visam atingir os respectivos públicos-alvo, com uma grande noção de complementaridade entre as organizações. Na análise do eixo estratégico, todos os grupos contemplaram o perfil de renovação, por mais que alguns não apresentaram todas as características. Já no eixo organizacional, notou-se distanciamento de uma estrutura partidária, com exceção de um dos grupos. Todavia, o diagrama de síntese revela um direcionamento comum entre grande parte dos GRP. **[CONCLUSÃO]** Os resultados obtidos confirmam a tese de que as atuações dos GRP vão ao encontro de solucionar a atual crise de representatividade. Percebe-se um entendimento geral de que a renovação é multifacetada e está disposta a reverter a conjuntura de crise de representação em parceria com os partidos políticos. Sem embargo, uma ressalva diagnosticada é que o objetivo da renovação política não será alcançado apenas pelos GRP, mas sim por um esforço conjunto que envolva reformas estruturantes do sistema político-partidário e a retomada da confiança nas instituições por parte da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Renovação Política, Crise de Representatividade, Partidos Políticos, Sistema Político, Sociedade Civil

CONTABILIDADE E FINANÇAS

O PAPEL DE INCENTIVOS FINANCEIROS NA MANIPULAÇÃO IMPLÍCITA. Beatriz Villas Bôas Saleh (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Victor Eduardo Motta (Pesquisadora no Centro de Estudos ou do Departamento de Ensino, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] O Jogo do Ultimato apresenta uma situação em que um jogador estabelece todos os aspectos de um acordo e o outro jogador pode aceitar ou rejeitar (Güth and Kocher, 2013). O primeiro jogador recebe um valor inicial e divide entre ele e o segundo jogador, que deve aceitar ou rejeitar a proposta. Caso seja rejeitada, ambos jogadores não recebem nada. Assim, quando há assimetria de informações, o primeiro jogador é capaz de manipular o outro a pensar que o valor inicial foi menor e que sua proposta é mais justa do que realmente é. Essa manipulação pode ser explícita, por meio de mensagens disponibilizadas no experimento, ou de forma implícita, fazendo uma proposta que de a entender que o montante era menor do que a realidade. De qualquer maneira, pela Teoria dos Jogos, o equilíbrio seria que o segundo jogador aceitasse qualquer proposta maior que zero, pois sua recompensa seria maior do que rejeitando a proposta. Assim, o primeiro jogador deveria sempre fazer a menor proposta maior que zero possível a fim de obter a maior recompensa. Entretanto, os resultados experimentais apontam que em geral as propostas são de 40-50%, e essas são aceitas na maioria das vezes (Güth and Kocher, 2013). Com nosso experimento, esperamos encontrar que o tamanho do incentivo financeiro será relevante para o uso de manipulação e que a assimetria de informação será benéfica para o jogador mais bem informado. **[METODOLOGIA]** Foi realizado um experimento com 500 estudantes de graduação que foram divididos em 2 tratamentos e 3 montantes iniciais diferentes. No tratamento com comunicação, o proponente enviava uma mensagem enunciando o valor inicial, sendo o verdadeiro ou não. No segundo tratamento, os jogadores não podiam se comunicar. Os receptores não sabiam o valor inicial verdadeiro, apenas quais eram possíveis e a probabilidade de cada um. A distribuição de probabilidades era: 50% de chance de receber R\$10, 25% de receber R\$20 e 25% para R\$50. Foram coletados dados com os valores ofertados, se a proposta foi aceita ou não e a crença dos jogadores em relação a proposta. A partir desses dados foram criados modelos para entender se incentivos financeiros maiores levam a propostas expropriatórias e se a manipulação efetiva e benéfica em situações com assimetria de informações para os jogadores mais bem informados. **[RESULTADOS]** No tratamento sem comunicação os jogadores são menos propícios a fazer propostas injustas (menor que 50%), então jogadores são inclinados a aproveitar a assimetria de informação para se beneficiar. Entretanto, mesmo com disparidade de informações, receptores são menos propensos a aceitar propostas pequenas, fazendo com que muitos proponentes não se beneficiem. Além disso, ofertas extremas foram mais frequentes quando o valor inicial era R\$20 do que quando era R\$ 30. Ou seja, o incentivo financeiro maior não levou a divisões mais egoístas. **[CONCLUSÃO]** Pela Teoria dos Jogos, a capacidade dos proponentes de enganar receptores é a mesmo tanto ou não comunicação (Kriss, et al., 2013). Entre tanto, encontramos que a comunicação faz com que as ofertas sejam mais justas, o que pode ser causado pelo custo psicológico de mentir. Além disso, jogadores não se beneficiaram da manipulação implícita, e receptores eram mais propensos e rejeitar propostas injustas.

Palavras-chaves: Jogo do ultimato, Manipulação, Equilíbrio Perfeito do Subjogo, Comunicação, Economia Experimental.

EDUCAÇÃO EM GESTÃO

A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO SISTEMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA DE GESTORES DE UMA DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO. Bruna Du Plessis Gomes Ferreira (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP - FGV) e Lara Elena Ramos Simielli (Professora e Pesquisadora do Departamento de Gestão Pública - GEP, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] A presente pesquisa tem como objeto de estudo a promoção da equidade no sistema educacional, sob a ótica de gestores de uma Diretoria Regional de Educação da cidade de São Paulo. **[METODOLOGIA]** A pesquisa busca identificar se o sistema educacional é entendido como promotor de equidade, e de que forma isso é feito, pela perspectiva de gestores escolares. Uma Diretoria Regional de Educação (DRE) foi selecionada como estudo de caso e a diretora da DRE, bem como três diretores de escola, foram entrevistados utilizando-se como guia para a elaboração dos roteiros de entrevista o questionário do Manual para garantir inclusão e equidade na educação (UNESCO, 2019a). **[RESULTADOS]** Identificou-se que a equidade é um princípio norteador do sistema educacional, embora haja dificuldades para implementá-la na prática, sendo utilizadas diferentes estratégias, tanto pelos gestores como pelo corpo docente. Essas dificuldades estão atreladas à ausência de consenso quanto ao conceito de equidade, o que influencia sua implementação no cotidiano. **[CONCLUSÃO]** Como principal contribuição, foi achado da presente pesquisa que o racismo e o machismo são os principais fatores de discriminação no sistema educacional, e que a identidade racial e de gênero dos diretores de escola influencia sua atuação para a promoção da equidade.

Palavras-chaves: gestão escolar, equidade educacional, diretor escolar, diretor de DRE, sistema educacional.

DESMEMBRAMENTOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A DIVERSIDADE ASSOCIATIVA NA FGV-SP. Fabricio M. Trevisan (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP - FGV) e Orientador Mario Aquino Alves (Professor e Pesquisador do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] O Movimento Estudantil faz parte da história global. Não somente no Brasil, mobilizações de estudantes sempre se fizeram presentes em momentos políticos que exigiam resistência e reivindicação, assim como em diversos outros eventos importantes para a sociedade. O seu estudo, evidentemente, deve levar em conta toda a literatura e os paradigmas analíticos no campo de movimentos sociais, mas também a compreensão de que os interesses se reformam, assim como as demandas de diferentes indivíduos. Uma boa compreensão da mobilização de estudantes, portanto, leva em conta o curso natural da história, que é de transformações na realidade associativa e nas relações estabelecidas no campo. Neste sentido, o trabalho procura entender em quais organizações os estudantes empenham tempo e esforço na atualidade e o que isso diz sobre o Movimento Estudantil; mais do que isso, por que existem e o que fazem essas organizações nascidas a partir de mudanças ocasionadas pela globalização. **[METODOLOGIA]** Para possibilitar o entendimento das questões levantadas, foi realizado um estudo de caso na FGV-SP. A seleção dessa IES é consciente das limitações analíticas generalistas por ela provocada, mas parte do princípio de que essa é uma instituição relevante para o ensino superior brasileiro e historicamente influente no que tange a associação estudantil. O estudo se desenvolve com a exploração de dados secundários e a realização de entrevistas com membros e ex-membros do Diretório Acadêmico Getúlio Vargas. **[RESULTADOS]** A seção de resultados explora características específicas de quatro grupos organizacionais presentes na FGV: Empresas Juniores, Ligas Universitárias, Cursinhos Populares e Incubadoras Tecnológicas. Identifica as principais intenções dos estudantes ao se associar a entidades de cada um dos grupos e levanta a quantidade média de horas de dedicação semanal para eles. Também relaciona a diversidade associativa à realidade do Movimento Estudantil, traçando paralelos e discutindo a problemática da transformação identitária e da individualização de interesses. O principal achado do trabalho reside justamente na constatação de que, na atualidade, estudantes buscam muito mais o seu aprimoramento pessoal e profissional do que a participação decisória ou o exercício da cidadania. As atividades extracurriculares no ensino superior parecem refletir uma busca pela hiperespecialização, assim como uma mercantilização das relações sociais. **[CONCLUSÃO]** Por fim, apesar das limitações trazidas pela realização de um estudo de caso em um trabalho que pretende falar sobre todo o Movimento Estudantil, parece possível inferir que a competitividade exacerbada e a fragmentação identitária são importantes desafios a serem enfrentados na atualidade. O imaginário dos estudantes parece bastante focado em questões menos ligadas ao exercício da cidadania via movimento social, o que pode levar ao desmembramento de um corpo coletivo anteriormente brilhante.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais; Movimento Estudantil; Estudos Organizacionais; Diretório Acadêmico; Estudo de Caso

EMPREENDEDORISMO

REDES SOCIAIS E O FOMENTO DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DE NEGÓCIOS DIGITAIS VOLTADOS PARA DIFERENTES GÊNEROS NO INSTAGRAM. Sofia Mahler Borges (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Marcus A. Y. Salusse (**Ex- Professor e Pesquisador** do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos – ADM, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] Dada a importância das tecnologias digitais enquanto produtos ou serviços que envolvem informação e tecnologia (von Briel et al., 2017) para o modo de vida da sociedade contemporânea, é possível perceber um paralelo avanço dos negócios no meio digital através das redes sociais, pois estas exercem papéis essenciais nesse contexto – quanto às relações de trabalho, ao mercado de trabalho e ao meio empresarial. As tecnologias digitais permitem diversas derivações em termos de inovação em relação ao modo de vida da sociedade nos dias de hoje. Dessa forma, é possível configurá-las, dentro do amplo termo “digital”, como *external enabler*, conceito que remete a circunstâncias distintas e externas que são capazes de influenciar determinados fenômenos ao inibi-los ou estimula-los (von Briel et al., 2017). Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a investigar a experiência empreendedora no meio digital, a partir da observação das manifestações de algumas características na comunicação entre negócios e seu público alvo nas redes sociais. Atualmente, o Instagram corresponde a uma rede que, não só possui alcance global, mas se atualizou para fornecer ferramentas de *marketplace* e vem se atualizando cada vez mais nesse sentido, fomentando a experiência empreendedora dos seus usuários que atuam por contas comerciais em seu ambiente virtual. Logo, ela ilustra o fator de *external enabler* do meio digital. Tendo isso em vista, a proposição é de selecionar como amostra usuários dessa rede social que a utilizam como conta comercial e, a partir da forma pela qual se comunicam com seus seguidores – entendidos como seu público consumidor, essencialmente as publicações e a interação nos comentários, e de analisá-la de forma tangível.

[METODOLOGIA] Foram selecionadas duas amostras de usuários do Instagram: lojas de roupas femininas e lojas de roupas masculinas por raspagem de dados (*web scraping*) com uso de linguagem de programação Python. Delas, foram retirados os comentários a serem analisados em forma de texto. Por fim, através da análise textual assistida por computador executada pelo *software* CAT Scanner-Formatted Dictionaries (McKenny et al., 2012), foi realizado o pareamento do conteúdo encontrado em cada amostra com dicionários cujos constructos representam fortemente estas características pertinentes ao estudo em relação ao comportamento dos negócios no meio digital. Por fim, é realizada uma análise quantitativa dos dados encontrados. **[RESULTADOS]** O código Python desenvolvido retorna uma lista de usuários as contas do Instagram que possuem na descrição de seus perfis “women’s clothing store” ou “men’s clothing store” após uma extração de resultados de busca no Google. Com o tratamento da lista obtida, foram extraídos as publicações e os comentários das duas amostras e, ao utilizar o *software*, tem-se os dados quantificados para a análise estatística. Os resultados obtidos nas análises dos dois constructos observados, de orientação empreendedora e de orientação de valor econômico e social, o Teste T indica que não há diferença significativa entre as amostras observadas, apesar do que a bibliografia estudada sugeriu. Porém, proporcionalmente, a amostra feminina apresentou mais correspondências do que a masculina em relação a inovação. **[CONCLUSÃO]** Os resultados indicam que o público feminino apresenta maior grau de pareamento às dimensões relacionadas a orientação empreendedora, especificamente com relação a inovação. Pode-se afirmar que o produto da análise executada foi significativo para o tema e possivelmente norteará diversos estudos posteriores ao presente estudo, sobretudo dada a relevância do tema para a sociedade atual. **Palavras-chaves:** Empreendedorismo, social, digital, Instagram, orientação.

GESTÃO DA INOVAÇÃO

NOVAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO. ALICE AIKO NISHIDA (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Prof. Luis Henrique Pereira (Orientador Departamento de Administração da Produção e Operações Industriais –POI, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] A pandemia reforçou a importância de adotar tecnologias que fogem do método tradicional, segundo Vasconcellos (1992), este modelo apresenta um alto risco de não aprendizagem, uma vez que há baixa interação entre o aluno e o objeto estudado; e pouco exercício de reflexão, síntese e problematização; o que acaba levando à formação de um cidadão passivo de baixa capacidade crítica. A McKinsey (2017) reitera que o sistema educacional predominante não consegue acompanhar as demandas do mercado, considerando a atual grade curricular de baixo desenvolvimento de habilidades técnicas e *soft skills*. Assim, se definiu o problema de pesquisa: Como a pandemia impactou a inovação da educação em nível superior nos aspectos metodológicos e tecnológicos? Buscando descrever a mudança do funcionamento das metodologias durante a pandemia; analisar os motivos e impactos das mudanças ocorridas; e identificar as novas ferramentas educacionais utilizadas por docentes na volta do ensino presencial. **[METODOLOGIA]** A partir dos estudos da Revisão Bibliográfica, foram elaborados os questionários de entrevista em profundidade para docentes e estudantes. A estratégia de validação para a pesquisa consiste na triangulação de diferentes fontes de dados, a convergência das diferentes perspectivas dos participantes comprovará os tópicos apresentados, aumentando a validade do estudo (CRESWELL, 2013). Para investigação dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, trabalhando com os artigos provenientes das bases de pesquisa, as transcrições das entrevistas e os registros das observações (BARDIN; 2006). **[RESULTADOS]** A falta de concentração e engajamento dos alunos fez com que os docentes se reinventassem, procurando recursos externos que pudessem aumentar a atratividade das aulas desde a mudança do design da apresentação até o uso de vídeos e enquetes como o Mentimeter, além da contextualização dos conceitos com os problemas provenientes do cenário atual. Docentes apontaram que pretendem continuar usando os recursos tecnológicos na volta do presencial, por conseguinte, outras metodologias ativas ligadas a tecnologia também ganharam popularidade. **[CONCLUSÃO]** Há muitas melhoras a serem feitas para o ensino, os docentes precisam ser mais incentivados a estudar a pedagogia e procurar aprimoramentos. Não se pode acomodar no básico, considerando a importância que a educação tem na formação dos indivíduos, que representam nosso futuro.

Palavras-chaves: Inovação, educação, metodologias, universidades, tecnologias.

GESTÃO DA SAÚDE

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE SAÚDE DIANTE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA. Audrey Fernandes Graziadei da Costa (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) Ana Maria Malik (Professora e Pesquisadora do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos – ADM, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] Na primeira parte, sobre o surgimento do SUS falarei de forma mais aprofundada como o sistema de saúde brasileiro se tornou uma das principais referências em saúde no mundo. Na segunda parte, sobre as pandemias do século. Na terceira parte, em relação ao desenho político do Brasil. Na quarta e quinta parte, sobre os contextos gerais do Estado e município de São Paulo. Por fim, na sexta parte, sobre o Estado e município de São Paulo no combate do COVID-19.

[METODOLOGIA] A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa e quantitativa, sendo assim, para compreender o cenário do COVID-19, tanto no Estado quanto no município de São Paulo, esta pesquisa adotou abordagem de estudo de caso e análise de dados. O estudo de caso foi analisado entre março de 2020 a abril de 2020, e seguiu a seguinte estrutura: 1. Surgimento do Sistema Único de Saúde; 2. Pandemias do Século XXI; 3. Desenho político no Brasil; 4. Estado e município de São Paulo no combate ao COVID-19; 5. Cenário do COVID-19 no Estado e município de São Paulo.

[RESULTADOS] Entrevista com dois responsáveis na formulação e implementação do Plano de Contingência do Estado de São Paulo; Combate ao COVID-19 e retomada das atividades econômicas de forma consciente no Estado e município de São Paulo – “Plano São Paulo” e Legislação de Saúde desta localidade e os 26 balanços do Plano São Paulo, com os Boletins Epidemiológicos do COVID-19, do Brasil, Estado e município de São Paulo, dos dias das publicações destes balanços.

[CONCLUSÃO] O presente estudo buscou compreender as ações de combate ao COVID-19 implementadas pelo Sistema Único de Saúde para a população brasileira, e para a população do estado e município de São Paulo. Dessa forma, foi essencial compreender a esfera política, por meio de legislações, além de examinar informações coletadas pelos principais veículos informativos, como Folha de São Paulo e Estadão, e de um breve levantamento sobre o contexto geral do Estado e capital de São Paulo. Dessa forma, a ocupação desse ranking e as respostas rápidas projetadas pelo Centro de Contingência nos mostra que o Estado e município de São Paulo foram eficazes, no combate do COVID-19, posto que foi realizado diversas conferências, a fim de divulgar o quadro situacional, além da publicação regular de métricas sobre incidência e mortalidade. No entanto, a partir do período analisado, ainda é prepotente afirmar se as medidas implementadas contra o coronavírus foram as melhores para serem adotadas dentro da realidade da população brasileira e paulistana, posto que, em meio a pandemia do COVID-19, o desemprego bateu recorde deixando mais de 14 milhões de cidadãos brasileiros desempregados.

Palavras-chaves: SUS; Importância do Sistema Único de Saúde; COVID-19.

O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: LIMITES E DESAFIOS DO FEDERALISMO BRASILEIRO. Ana Luiza Wosgrau Padilha (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV), Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes (Professor e pesquisador do Departamento de Gestão Pública, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] O presente relatório busca, a partir do campo da Administração Pública, apresentar os desafios e limites do federalismo fiscal brasileiro durante a pandemia de COVID-19. Sendo assim, alinhado com a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, a pesquisa busca elucidar situações para garantia dos ODS 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as suas idades” e ODS 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Busca-se compreender se o federalismo fiscal sobre o qual se estrutura o SUS falhou no enfrentamento da COVID-19. Entendendo a multidisciplinaridade da pesquisa, que integra de maneira transversal desde federalismo, saúde pública, finanças públicas até o papel do administrador público, sendo este último o fio condutor da pesquisa. Colocar o administrador público como diretriz, foi uma escolha pois é ele quem conecta os demais temas igualmente relevantes para os resultados apresentados. **[METODOLOGIA]** Por isso, a metodologia utilizada é, principalmente, uma análise documental, tendo como complementaridade a análise de dados quantitativos. **[RESULTADOS] [CONCLUSÃO]**. Os resultados mostram que apesar da estrutura consolidada do SUS, dos esforços dos profissionais da saúde, burocratas e outros administradores públicos e políticos, a gestão da pandemia deixou a desejar e o Brasil se tornou o caso malsucedido de gerenciamento da pandemia.

Palavras-chaves: Sistema Único de Saúde; Federalismo Fiscal; COVID-19; Administração Pública; Saúde Pública.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA

O IMPACTO DA CRISE DO NOVO CORONAVÍRUS EM MICRO E PEQUENAS VAREJISTAS. Taynã Chiodi Appel (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Priscila Laczynski de Souza Miguel (Professora e pesquisadora do Departamento de Administração da Produção e Operações Industriais –POI, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] O impacto da pandemia do COVID-19 sobre MPEs possui grande relevância para a economia do país (SEBRAE, 2020). O presente estudo tem por objetivo analisar tais impactos do ponto de vista logístico e todas as dificuldades encontradas pela necessidade de transição ao novo modelo de e-commerce. A pesquisa se divide em duas etapas: o entendimento dos tópicos e conceitos de acordo com os referenciais teóricos e a exemplificação dos mesmos por meio de exemplos práticos e situações vivenciadas por 10 diferentes micro e pequenos empresários. **[METODOLOGIA]** O estudo envolveu o levantamento dos referenciais teóricos, entrevistas em profundidade e análises tanto das forças, fraquezas, oportunidades, ameaças que a crise deixou para o micro e pequeno varejista, como as análises políticas, sociais, ambientais e legais do Brasil para o período. Foi possível realizar um procedimento de triangulação, como define Flick (2009a; 2009c; 2013), por meio: 1. das análises qualitativas advindas das entrevistas com micro e pequenos empreendedores; 2. Das análises quantitativas advindas de uma pesquisa em escala likert com o objetivo de compreender as maiores dificuldades do período para o micro e pequeno varejista; 3. A coleta em diferentes espaços de tempo para que houvesse contexto do início da pandemia em março de 2020 e seu desdobramento 1 ano depois. **[RESULTADOS]** A transição ao e-commerce é uma tarefa que demanda recursos e conhecimento. Para o momento de crise, adiciona-se a pressa e o desespero de manter um negócio ativo. Assim, definiram-se as 5 principais vertentes e ordem de maior para menor dificuldade: 1. Soluções logísticas; 2. Adaptação de uma plataforma; 3. Precificação dos produtos com adição do valor de frete; 4. Comunicação e integração de tecnologias; 5. Embalagens adaptadas. **[CONCLUSÃO]** A crise deixará mudanças permanentes como, por exemplo, a preocupação de abrir um negócio já adaptado a um sistema de plataforma, com entregas em domicílio, embalagens adaptadas e sistemas integrados, pois o e-commerce deixou de ser um susto da crise para se tornar uma demanda do mercado. Muitas pesquisas devem ser desenvolvidas para gerar conteúdo que auxilie o micro e pequeno varejista e traga conhecimento mais detalhado sobre cada vertente que foi discutida neste estudo.

Palavras-chaves: Coronavírus, crise, logística, e-commerce, varejistas, pequenos empreendedores, soluções logísticas, plataformas, entregas leves, aplicativos logísticos.

GESTÃO PÚBLICA

A PROTEÇÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: O CASO DA RENDA BÁSICA DE MARICÁ. Beatriz Patrício Pereira da Cruz (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Alexandre Abdal Cunha (Professor e pesquisador do Departamento de Gestão Pública, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] A política de Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, município do interior do Rio de Janeiro, vem sendo construída desde 2013, porém passou a ser implementada em 2019. O objetivo é fornecer uma transferência de renda mensal a todos os cidadãos maricaenses. Até o momento, a política atende cerca de 25% do município, porém sua principal meta é tornar-se universal até 2022. O presente trabalho analisa o quanto a RBC do município fluminense é fonte de renovação e inspiração para a condução de políticas de proteção social, bem como sua capacidade de inovar no campo das políticas sociais. **[METODOLOGIA]** Para a construção da análise, foram acessadas e revisadas as literaturas acerca da construção da proteção social no Brasil, destacando aspectos de institucionalização e também de implementação de políticas. Quanto à inovação social, a revisão de literatura focou em caracterizar o conceito de inovação e seus principais aspectos. **[RESULTADOS]** Com base na realidade brasileira da Assistência Social e nas definições do campo de Inovação Social, foi possível concluir que a medida de Maricá é uma política pública inovadora, que apesar de não ser inédita, logrou o êxito de provar-se viável e capaz de impactar positivamente a população, principalmente durante a pandemia de covid-19 iniciada em 2020. Além disso, a RBC do município deixa um importante legado para a proteção social no Brasil, comprovando a importância de políticas de transferência de renda para o enfrentamento da desigualdade. **[CONCLUSÃO]** Desse modo, a pesquisa contribui para o campo de políticas públicas à medida que oferece uma análise da construção e dos resultados da Renda Básica de Maricá até o momento, traçando lições e recomendações para futuras políticas de mesmo escopo que venham a ser construídas no Brasil e no mundo.

Palavras-chaves: Inovação Social; renda básica; proteção social no Brasil; Maricá; transferência de renda.

O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUSP (SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA) COMO A COORDENAÇÃO FEDERATIVA PODE MELHORAR A GOVERNANÇA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Iara Buoro Sennes (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Prof. Renato Sérgio de Lima (Professor e pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] O conceito de governança possui diferentes significados, desde sua inserção no campo econômico até o surgimento na administração pública, em 1992. No campo da segurança pública, a crescente multiplicidade de atores é evidente, bem como a centralidade que o Estado deve assumir diante deste contexto, uma vez dada sua legitimidade e poder de influência e regulação. Como tentativa de instaurar um novo arranjo institucional entre os órgãos da segurança, a Lei 13. 675/2018 criou o SUSP e estabeleceu importantes diretrizes e objetivos norteadores do campo. O SUSP visa, assim, gerar um ambiente cooperativo e integrado tanto entre os órgãos, quanto entre as esferas federativas. **[METODOLOGIA]** A proposta deste trabalho é realizar um mapeamento da implementação do SUSP nacionalmente, analisando-a através da ótica da governança. O mapeamento se deu a partir de pedidos por Lei de Acesso à Informação, de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, realizadas e cedidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. As informações foram atualizadas e completadas por pesquisas nos diários oficiais e em documentos institucionais dos órgãos do SUSP. Paralelamente, também foram utilizadas falas de representantes de órgãos da segurança e da sociedade civil presentes na Audiência Pública de 30/06/21. **[RESULTADOS]** O levantamento da implementação do SUSP apontou que os avanços da implementação se deram, de forma geral, apenas em termos normativos. Apesar dos esforços pontuais de alguns órgãos públicos na estruturação do sistema, a percepção geral dos operadores da segurança é de que as promessas do SUSP não os alcançaram e não melhoraram suas condições de trabalho. **[CONCLUSÃO]** Concluiu-se, assim, que o SUSP não está caminhando na direção de instaurar um novo paradigma na segurança pública. O governo federal, na gestão Bolsonaro, não atuou no sentido de criar de fato um sistema nacional de segurança, nem de traduzir as diretrizes pactuadas na Lei em um arranjo federativo democrático. As poucas intenções de implementação do SUSP foram muito pontuais, pouco incluíram os entes e órgãos subnacionais, e menos ainda afetaram positivamente a vida dos profissionais da segurança e dos cidadãos.

Palavras-chaves: segurança pública, governança, implementação de políticas públicas, pluralismo ancorado.

O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUSP (SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA) COMO A COORDENAÇÃO FEDERATIVA PODE MELHORAR A GOVERNANÇA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Iara Buoro Sennes (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Prof. Renato Sérgio de Lima (Professor e pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] O conceito de governança possui diferentes significados, desde sua inserção no campo econômico até o surgimento na administração pública, em 1992. No campo da segurança pública, a crescente multiplicidade de atores é evidente, bem como a centralidade que o Estado deve assumir diante deste contexto, uma vez dada sua legitimidade e poder de influência e regulação. Como tentativa de instaurar um novo arranjo institucional entre os órgãos da segurança, a Lei 13. 675/2018 criou o SUSP e estabeleceu importantes diretrizes e objetivos norteadores do campo. O SUSP visa, assim, gerar um ambiente cooperativo e integrado tanto entre os órgãos, quanto entre as esferas federativas. **[METODOLOGIA]** A proposta deste trabalho é realizar um mapeamento da implementação do SUSP nacionalmente, analisando-a através da ótica da governança. O mapeamento se deu a partir de pedidos por Lei de Acesso à Informação, de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, realizadas e cedidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. As informações foram atualizadas e completadas por pesquisas nos diários oficiais e em documentos institucionais dos órgãos do SUSP. Paralelamente, também foram utilizadas falas de representantes de órgãos da segurança e da sociedade civil presentes na Audiência Pública de 30/06/21. **[RESULTADOS]** O levantamento da implementação do SUSP apontou que os avanços da implementação se deram, de forma geral, apenas em termos normativos. Apesar dos esforços pontuais de alguns órgãos públicos na estruturação do sistema, a percepção geral dos operadores da segurança é de que as promessas do SUSP não os alcançaram e não melhoraram suas condições de trabalho. **[CONCLUSÃO]** Concluiu-se, assim, que o SUSP não está caminhando na direção de instaurar um novo paradigma na segurança pública. O governo federal, na gestão Bolsonaro, não atuou no sentido de criar de fato um sistema nacional de segurança, nem de traduzir as diretrizes pactuadas na Lei em um arranjo federativo democrático. As poucas intenções de implementação do SUSP foram muito pontuais, pouco incluíram os entes e órgãos subnacionais, e menos ainda afetaram positivamente a vida dos profissionais da segurança e dos cidadãos.

Palavras-chaves: segurança pública, governança, implementação de políticas públicas, pluralismo ancorado.

ENTIDADES PRIVADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ANÁLISE DO PROCESSO DE SELEÇÃO E DE CONTRATUALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Diego Adetayó Camargo Assumpção (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Francisco César Pinto Fonseca (Professor e Pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] O presente trabalho insere-se no campo de estudos da Administração Pública e da Gestão Pública brasileira. As Organizações Sociais (OS) têm ganhado relevância no aparelho estatal nos últimos anos por conta do fenômeno da Reforma Gerencial. **[METODOLOGIA]** Assim, com a importância que o assunto exige, definiu-se o tema de pesquisa como a análise do processo de contratualização das Organizações Sociais de Saúde (OSS) em São Paulo. Desse modo, o objetivo da pesquisa é aprofundar a análise do processo de contratualização e fiscalização das OSS por meio de levantamento bibliográfico e documental, análise de legislação, relatórios de órgãos de controle, e entrevistas organizadas pelo Grupo de Pesquisa que estou inserido na EAESP. **[RESULTADOS]** Com a sistematização das informações encontradas confirmou-se a hipótese de que as OSS têm ampla liberdade de atuação na prestação de serviços públicos sem a devida aferição de que os resultados contratados estão sendo alcançados e, também, sem a devida fiscalização pelos órgãos de controle, que têm encontrado desafios para elucidar o processo de contratualização, sobretudo a prestação dos serviços. Portanto, há a normalização de irregularidades, baseadas em uma lógica patrimonialista e sustentada pelo Poder Público, uma vez que os pressupostos estabelecidos para a atuação das OSS não são efetivamente controlados pelo Estado. **[CONCLUSÃO]** Por fim, o presente trabalho procura contribuir para os conhecimentos nas áreas da administração e gestão pública ao procurar elucidar as dinâmicas da relação entre Poder Público e Organizações Sociais, notadamente na área de saúde, dinâmicas essas ancoradas por várias formas de contratação de pessoal, contratualização de serviços, prestação de serviços para a administração direta e fragilidades dos controles institucionais e sociais.

Palavras-chaves: Administração Pública, Contratos de Gestão, Organizações Sociais de Saúde (OSS), Reforma Gerencial do Estado, Seleção de OSS.

EUGENIA SOCIAL E ENCARCERAMENTO EM MASSA: O PERFIL DO CUSTODIADO NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lara J. C. Romualdo (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq) e Francisco César Pinto Fonseca (Professor e Pesquisador no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Em que pese a redução inédita, embora pequena, no total de presos brasileiros, que passou de 755,6 mil pessoas em 2020 para 746,8 mil em 2021, considerando a soma de todos os regimes, o Brasil permanece na terceira posição no ranking de países com a maior população prisional do mundo – lugar que ocupa desde 2015, quando ultrapassou a Rússia. No que diz respeito à quantidade de pessoas privadas de liberdade, especificamente nota-se variação semelhante: de 709,205 mil em 2020, caiu para 682,102 no ano seguinte. Além do elevado número de apenados, outro aspecto que chama atenção na discussão acerca do sistema prisional brasileiro é a predominância de um perfil específico, dentro do qual se enquadra a maior parte das pessoas privadas de liberdade: homens (97,01%), autodeclarados negros (pretos e pardos somam juntos 66,31%) de 18 a 29 anos (41,91%), com ensino fundamental incompleto (49,30%) e que respondem por crimes contra o patrimônio (38,65%). Nesse contexto, o presente trabalho dá seguimento à análise iniciada no ciclo 2019/2020 do PIBIC na pesquisa intitulada “Análise do pensamento eugenista e biologizante e seu impacto no Brasil atual: o punitivismo efetivado no sistema criminal paulista” e, assim como essa, pretende observar como se reproduzem ainda atualmente, e de modo implícito, concepções de cunho eugenista no sistema penal estadual de São Paulo. De modo específico, o trabalho examina o tipo de decisão e a qualificação do réu para verificar seu grau de instrução a fim de averiguar se há mudança na postura do Poder Judiciário do Estado de São Paulo a depender da condição racial e socioeconômica do réu, utilizando como mensuradores os crimes típicos de cada grupo social: crimes de “colarinho branco”, de um lado; e “furto” e “furto qualificado”, de outro. **[METODOLOGIA]** Por meio de metodologia mista com triangulação de fontes, entre elas a análise estatística multivariada de 753 sentenças dos referidos delitos em primeira instância, bem como o grau de instrução dos acusados em cada processo que o permitiram essa visualização, comparou-se o tratamento dispensado pelos magistrados de primeira instância quando julgam ambos os crimes, demonstrar a existência de seletividade penal que tem como alvo um perfil previamente definido, com características físicas e socioeconômicas que remontam noções cientificamente superadas originadas da eugenia, tais como a ideia de “criminoso nato”, frequentemente utilizada como pretexto para criminalização da pobreza. **[RESULTADOS]** A regressão logística calculada a fim de apurar a probabilidade de condenação em razão do nível de escolaridade do réu não apresentou resultados significativos para essa última variável. **[CONCLUSÃO]** Embora os resultados para “grau de instrução” não sejam significativos, são consistentes com o esperado: o acusado de cometer crime de colarinho branco tem menor probabilidade de condenação do que o de furto e, além disso, a pessoa com maior grau de instrução tem menor probabilidade de condenação. Nesse sentido, o estudo elaborado previamente corrobora o entendimento de que, apesar de o viés “eugenista social” das decisões não apareça de forma explícita nos argumentos sob os quais se baseia, é possível identificá-lo pela análise comportamental dos juízes, pois o tratamento dispensado por estes ao julgarem crimes de colarinho branco e furto – infrações penais relacionadas, normalmente, a grupos que distinguem social, econômica e racialmente –, sugere a existência de noções pré concebidas e de cunho eugenista sobre um “tipo ideal” de criminoso, cujos delitos a ele atribuídos devem ser respondidos com pena privativa de liberdade, independentemente da gravidade dos atos.

Palavras-chaves: Poder Judiciário, criminologia, eugenia, encarceramento.

INOVAÇÕES NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A GESTÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Victória Bassan Mineto (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq) e Zilma Borges de Souza (Professora Doutora na FGV e Pesquisadora no Centro de Estudos CEAPG, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Este trabalho está vinculado ao campo de estudos da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque nas Compras Públicas e Mercados Institucionais. O objeto e tema do estudo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa que oferece alimentação saudável e educação alimentar e nutricional para alunos da educação básica pública, tendo como foco a análise da implementação do programa no município de São Paulo pelo Programa de Alimentação Escolar (PAE). Através dessa pesquisa objetiva-se investigar as demandas para a implementação e gestão do PNAE no município de São Paulo, com um olhar institucional, centrado na prefeitura e outros órgãos importantes para seu funcionamento, buscando entender as potencialidades de melhoria e inovação do programa. Foram identificadas as instituições envolvidas no processo das compras governamentais e distribuição destes produtos alimentares, registrando e analisando as mudanças ocorridas em suas regras e funcionamento desde a entrada no Governo Federal do atual presidente da República, que vem promovendo alterações nas políticas e programas vinculados à esta temática, até o momento atual de pandemia do Covid-19. **[METODOLOGIA]** O estudo centra-se na utilização de metodologia essencialmente qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas e não estruturadas. Foi realizada também análise de dados quantitativos sobre a execução do programa em sites do governo para fins de entendimento sobre seu funcionamento. **[RESULTADOS]** O município de São Paulo apresenta alguns entraves para o bom funcionamento do programa, tendo dificuldades para alcançar o mínimo de 30% nas compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. Dentre alguns problemas analisados ao longo do trabalho, podemos perceber que existem questões que envolvem tanto a administração pública como os produtores familiares, sendo necessárias novas estratégias e estabelecimentos de relações entre os atores. Foi também possível perceber que os tipos de problemas que existem no município são comuns a outras localidades, sendo por isso necessária maior conversa entre gestores e trocas de experiências para melhora na implementação do programa. **[CONCLUSÃO]** Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que os problemas apresentados pelo município de São Paulo na implementação do PNAE se assemelhava muito com o caso de outros municípios analisados para fins de comparação, e diante das possíveis soluções apresentadas nas referências e pelos entrevistados, e que podem ser consideradas como boas iniciativas para sua implementação no município de São Paulo, assim como em outros municípios, para o bom funcionamento do programa, tem-se o diálogo entre os diversos atores envolvidos no processo de compras do PNAE como essencial.

Palavras-chaves: Agricultura Urbana, Familiar e Agroecologia; Segurança Alimentar e Nutricional; Compras Públicas e Mercados Institucionais.

RELAÇÃO DE TRABALHO: FORÇA MAIOR OU FATO PRÍNCIPE; PANDEMIA. Jéssica Alves Oliveira Pinho (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho (Professor e Pesquisador do Departamento de Ensino de Fundamentos Sociais e Jurídicos, EAESP- FGV).

[INTRODUÇÃO] A pandemia da covid 19, iniciada em março de 2020, deixou e continua deixando inúmeros rastros de desigualdade e prejuízos na economia. O fechamento de bares e estabelecimentos comerciais, bem como a demissão de inúmeros funcionários devido à situação de falência de empresas trouxe à tona a discussão **se a pandemia configurava-se em uma força maior ou em fato príncipe, pautados nos artigos 501 da CLT e 486 da CLT, respectivamente.** A discussão torna-se relevante no sentido de, caso configurar-se em fato príncipe, o Governo deveria arcar com os prejuízos advindos de empresários. **[METODOLOGIA]** Nesse sentido, a pesquisa está dividida em: definição do fato príncipe através de diversos autores, definição da força maior, descrição de casos em que foram utilizados os conceitos (antes da pandemia), casos recentes da aplicabilidade dos termos, descrição da pandemia, bem como medidas governamentais, metodologia utilizada para o trabalho (análise de decisões jurisprudenciais para chegar-se a uma conclusão a respeito) e conclusão das análises, juntamente com minha opinião pessoal. **[RESULTADOS]** O estudo centra-se na análise de decisões jurisprudenciais da 2 região do estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada no site do TRT(Tribunal Regional dos Trabalhadores). Foram analisadas 70 decisões, de março de 2020 até julho de 2021, com o intuito de estabelecer uma conexão entre a Medida Provisória 927, as justificativas do Governo e as justificativas dos empresários. Por fim, através dessas, constatou-se que a principal justificativa governamental foi no que diz respeito ao bem-estar da população, tendo em vista que as medidas de fechamento de estabelecimentos comerciais foram para atender as agências sanitárias e órgãos internacionais. Assim, foi constatada a pandemia como uma força maior. **[CONCLUSÃO]**A partir dos dados coletados, bem como suas justificativas, a conclusão é de que a pandemia configurou-se em uma força maior, dada como explicação e motivo do Governo não arcar com os prejuízos empresariais. No entanto, minha opinião pessoal discorda da atitude, tendo em vista a negligência na compra de vacinas, déficit de fiscalização de aglomerações clandestinas e corrupção durante esse período. Dessa forma, o fato príncipe deveria ser utilizado para configurar a pandemia, dado a falência de empresas e atitude governamental de extrema irresponsabilidade.

Palavras-chaves: Pandemia, Força Maior, Fato Príncipe.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A RELAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES AO PNAE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Rafael Barbosa Holanda (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Zilma Borges de Souza (Professora e Pesquisadora do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getulio Vargas / FGVceapg).

[INTRODUÇÃO] A Agricultura Urbana apresenta um potencial fator transformacional, passando a ser defendida pela literatura (PORTO, 2017; GONÇALVES, 2004; DAUFENBACK et.al, 2019), como geradora de impactos sociais, ambientais e econômicos, a partir de sua promoção dentro da prática da agricultura no meio urbano. O presente trabalho se propôs a compreender a experiência da Agricultura Urbana no Município de São Paulo, sob a ótica dos pequenos agricultores problematizando a sua integração junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Busca compreender as perspectivas destes agricultores e desafios para atender as necessidades expostas nos processos de aquisição de compras públicas na modalidade PNAE. **[METODOLOGIA]** O estudo utiliza de metodologia e vertente qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas, bem como análises de banco de dados. **[RESULTADOS]** O estudo contemplou o período de pandemia de Covid-19 e focalizou o programa de alimentação na rede pública de ensino da Cidade de São Paulo, constatando o pleno funcionamento do programa. Foi realizada uma análise a partir da distribuição alimentar originada da agricultura familiar, compreendendo os principais gêneros alimentícios produzidos e a sua distribuição geográfica, onde foi possível identificar a localização dos agricultores e a produção principalmente nos extremos do município. Assim, foi possível identificar que dentro de seus principais desafios estão a gestão logística e a burocracia presentes na modalidade de aquisição do PNAE. **[CONCLUSÃO]** Como conclusão foi possível perceber que apesar das estratégias adotadas pela Cidade de São Paulo em atender o requisito legal de 30% de produtos da agricultura familiar, o município ainda enfrenta dificuldades para se manter na meta. Apesar dos resultados mostrarem que o PNAE mesmo em momentos de adversidades resiste em funcionamento, a integração com os pequenos agricultores deve ser intensificada.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Agricultura Urbana, Agroecologia, Alimentação Escolar, Políticas Públicas, PNAE, Compras Públicas.

RESPOSTAS SUBNACIONAIS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19: A MOBILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PELOS GOVERNOS MUNICIPAIS DE SANTO ANDRÉ E ARARAQUARA. Isabella de Oliveira Monteiro, Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq e Luis Paulo Bresciani, (**Professor e Pesquisador no Departamento de Ensino GEP, EAESP-FGV**).

[INTRODUÇÃO] A pesquisa realizada teve como objetivo analisar a mobilização de tecnologias aplicadas às políticas públicas para o enfrentamento e mitigação da crise sanitária e econômica provocada pela COVID-19 nos municípios de Araraquara (SP) e Santo André (SP), sob uma perspectiva comparada. Buscou-se observar como as medidas de isolamento, juntamente com a descoordenação dos entes federativos, forçaram não apenas a digitalização de diversas atividades governamentais, mas também a utilização de tecnologias para a execução de políticas públicas de forma autônoma pelos governos municipais e como isso se desenvolveu nas duas cidades citadas. A partir inicialmente da análise bibliográfica de textos e trabalhos nacionais e internacionais que discutem a digitalização de políticas públicas e a utilização de tecnologias da informação e comunicação durante a pandemia de COVID-19 e também sobre o impacto que a ausência de diretrizes centralizadoras por parte do Governo Federal, o trabalho compara a abordagem feita pelos dois municípios, na tentativa de encontrar semelhanças e diferenças em suas ações que impactaram diretamente seu desempenho no combate à crise sanitária e econômica, servindo como um possível guia de boas práticas e também de aprendizados para o futuro. **[METODOLOGIA]** A pesquisa ora apresentada constitui-se como um estudo qualitativo comparado, observando as medidas de combate ao novo coronavírus nas cidades de Santo André (SP) e Araraquara (SP). Inicialmente, o projeto de pesquisa visava somente o estudo da implementação do Auxílio Emergencial durante a pandemia, focando nos aspectos relativos ao uso de tecnologias da informação no setor público e na digitalização das políticas públicas. Entretanto, com o desenvolvimento da pandemia e a constante ausência de diretrizes centralizadoras do Governo Federal, foi percebido que os municípios vinham sendo forçados a assumir o protagonismo das políticas de contenção do novo coronavírus, justificando a mudança de foco para os municípios escolhidos. **[RESULTADOS]** Como resultado da pesquisa, foi possível observar uma série de semelhanças entre as abordagens dos dois municípios. Em termos de semelhanças, ambos os municípios caminham desde antes do primeiro caso para a mesma lógica de prevenção: capacitação de equipes, montagem de leitos, organização orçamentária e planos de comunicação com a população. No que diz respeito às diferenças, é preciso ressaltar que as diferenças regionais se colocam como ponto importante no momento da escolha de quais estratégias seguir. Como diferença principal está a realização de um verdadeiro lockdown por parte de Araraquara. **[CONCLUSÃO]** Por fim, foi possível concluir que apesar das diferenças encontradas nas abordagens dos municípios, ambos conseguiram consolidar uma rede de pessoas e políticas estratégicas eficientes no combate a COVID-19, além de ampliarem o horizonte de possibilidade de uso das tecnologias no setor público e também da experiência dos gestores, peças fundamentais na retomada pós-pandemia.

Palavras-chaves: Digitalização; políticas públicas; tecnologias da informação e comunicação; governo digital; descoordenação federativa.

SANEAMENTO BÁSICO E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADE DE SÃO PAULO EM PERSPECTIVA. Ruan dos Santos Ferreira (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Luís Paulo Bresciani (Professor do Departamento de Gestão Pública, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] A cientista política Marta Arretche, organizadora do livro “Trajetória das desigualdades” (2015), em sua entrevista concedida ao jornal Nexo em julho de 2016, fala sobre como o tema da desigualdade vinha moldando nossa sociedade naquele contexto, agravado desde então. A presente pesquisa, centrada no estudo sobre saneamento básico e desigualdades, se propôs a compreender o déficit de acesso ao saneamento básico em distritos da cidade de São Paulo com marcante quadro de desigualdade social. Para tanto, inicialmente buscou-se estudar o cenário da desigualdade social e do acesso aos serviços de saneamento, como o abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta do lixo. **[METODOLOGIA]** Foi realizado um levantamento de literatura nacional específica sobre o problema colocado. Além disso, foi aplicada uma entrevista com roteiro estruturado junto a três especialistas no tema do saneamento básico, bem como analisados documentos relacionados à agenda e execução de políticas de saneamento nos distritos estudados. **[RESULTADOS]** As reflexões resultantes nos permitem trazer contribuições empíricas para o debate sobre desigualdades e saneamento básico no município de São Paulo, em especial nos distritos de São Miguel Paulista, Brasilândia e Parelheiros. O estudo levanta também ressalvas sobre os indicadores de saneamento básico na cidade de São Paulo, bem como desdobra questões relevantes para a eventual continuidade dessa investigação. **[CONCLUSÃO]** A pesquisa permitiu uma melhor compreensão das políticas direcionadas para a universalização dos serviços de saneamento em regiões mais vulneráveis. Ademais, ao longo do projeto os dados evidenciaram que os três distritos estudados com alto grau de desigualdade são efetivamente marcados pelo déficit de saneamento básico.

Palavras Chaves: Desigualdade Social, Saneamento Básico, Serviços Públicos, Distritos da Cidade de São Paulo, Subprefeituras.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA PRESERVAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA DURANTE A PANDEMIA COVID 19. Gabriel Raposo de Pinho (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Paulo Marzionna (Professores e Pesquisadores do Departamento de Ensino de Fundamentos Sociais e Jurídicos, EAESP- FGV).

[INTRODUÇÃO] No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia de coronavírus. A partir desse marco, o mundo inteiro parou. Ficou evidente o quanto nós humanos somos frágeis e o quão importante é para um país ter a capacidade de adaptação frente a um evento catastrófico como este. Face a este terrível cenário que havia se instaurado no Brasil, diversos problemas vieram à tona. O foco desta pesquisa científica foi olhar para um deles: a dificuldade das pessoas, agora isoladas em suas casas, de trabalhar e gerar renda para sustentar a si e a seus familiares. A problemática financeira se tornou um desafio tanto para aqueles que haviam sido demitidos quanto para os que estavam impossibilitados de executar suas responsabilidades profissionais. Se por um lado a linha de frente clínica buscava formas de conter a ascensão da doença, por outro as empresas de tecnologia passaram também a desempenhar um papel substancial. A ideia de criar ou adaptar recursos tecnológicos para atender a nova realidade laboral permitiu que milhares de brasileiros pudessem retomar suas atividades, reestabelendo certa remuneração. Com esta pesquisa, pretende-se estudar as ferramentas tecnológicas que tiveram o impacto mais relevante para com a população brasileira. Este recorte foi fundamental, uma vez que o universo digital é enorme e, como um todo, exerce papel crucial na vida das pessoas. Por isso, delimitou-se a pauta para quatro pilares, entendidos como a base da relação trabalhista para a execução da maior parte dos empregos **[METODOLOGIA]** O estudo foi guiado completamente por métodos qualitativos. Para isso, através do Google Acadêmico, foi possível coletar a literatura existente sobre o tema. Para sustentar a argumentação, analisou-se as principais medidas provisórias, regulamentos e leis que entraram em vigor na tentativa de auxiliar a população brasileira na retomada do trabalho. Por conseguinte, nomeou-se os campos da tecnologia a serem contemplados a fim de defender a tese escolhida. **[RESULTADOS]** Para retratar os resultados, foi analisado o impacto das 4 frentes de tecnologia selecionadas: registro de trabalho, controle da carga horária, assinatura de documentos e as tele chamadas. Diante disso, estudou-se as principais empresas e recursos tecnológicos envolvidos, comparando sua atuação no passado com o momento presente de pandemia. Além disso, comprovou-se o impacto. A inovação está deixando de ser um fator “nice to have”, e se tornando um “must have”. Em outras palavras, o futuro promete a “disrupção” de muitos segmentos que ainda estavam engessados em moldes tradicionais. **[CONCLUSÃO]** Por fim, foram consolidadas todas as informações absorvidas durante a narrativa e projetou-se uma visão de longo prazo para cada uma das frentes tecnológicas estudadas. A mensagem que fica é a de renovação. O mundo muda o tempo todo. Por isso, a revolução tecnológica deve continuar sendo estudada. Com certeza a chegada da pandemia proporcionou um “grande passo” para acelerar muitas frentes, mas, ainda há muito para acontecer. A tendência é que a tecnologia continue exercendo um papel fundamental na vida de todas as pessoas, especialmente no que diz respeito à sobrevivência financeira.

Palavras-chaves: Pandemia, Renda, Tecnologia, Sobrevivência e Transformação

ANÁLISE COMPARATIVA DAS MEDIDAS PARA PRESERVAÇÃO DE EMPREGO E DE RENDA ADOTADAS PELO BRASIL E POR OUTROS PAÍSES SUL- AMERICANOS. Maria Fernanda Pelegrini Fermino (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq) e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Paulo Marzionna e (Professores e pesquisadores Departamento de Ensino de Fundamentos Sociais e Jurídicos, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Este trabalho de iniciação científica tem como tema a análise comparativa das medidas para preservação de emprego e de renda adotadas pelo Brasil e por outros países sul-americanos durante a pandemia de COVID-19. Em 30 de janeiro de 2020 foi decretada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), situação de emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII), quando já haviam sido notificados casos da nova enfermidade em 19 países, pertencentes a diferentes continentes. Não houve, no entanto, muitas intervenções nas dinâmicas sociais e trabalhistas. A pandemia de COVID-19 foi declarada em 11 de março de 2020, pela OMS, data na qual havia 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil mortes decorrentes do SARS-CoV-2. A temática foi escolhida porque em meados de julho, já havia passado por 5 meses de pandemia e muitas eram as expectativas do retorno a normalidade. Visto isso, pareceu de grande contribuição acadêmica comparar as políticas adotadas e nos países sul-americanos para viabilizar posterior análise sobre o potencial impacto da diferença de abordagem no cenário econômico, em especial no tocante ao nível de emprego, após o término da Pandemia COVID 19. O presente trabalho contempla a análise comparativa das políticas governamentais, mas não os reflexos das mesmas no cenário pós pandêmico, já que ainda estamos lidando com a pandemia. **[METODOLOGIA]** O estudo centra-se no marco da metodologia qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico e análise documental de múltiplos casos, através dos sites oficiais de cada governo e de dados da Organização Internacional do Trabalho. O Microsoft Excel foi utilizado para separar e organizar as informações, em busca de facilitar a análise comparativa. **[RESULTADOS]** Os países da América do Sul determinam medidas similares entre si, foi possível observar a preocupação com a continuidade das atividades das empresas, visto que grande parte dos governos viabilizaram facilidades de captar créditos às mesmas. Mais que isso, os governantes agiram no sentido de evitar as demissões, com instituição de férias coletivas e/ou individuais e medidas similares. Os desempregados também foram foco nos países sul-americanos, os quais receberam diferentes benefícios. Outro setor que foi alvo dos governantes sul-americanos foi o setor de turismo, o qual foi contemplado com benefícios monetários e facilidades burocráticas em muitos países. Por fim, visando garantir o abastecimento e colaborar com a economia, muitos países sul estabeleceram isenção fiscal para produtos e setores específicos, como EPIs (equipamentos de proteção individuais), por um período de tempo. **[CONCLUSÃO]** Observamos que os países da América Latina caminham para caminhos parecidos e que não é possível entender os reais reflexos que as medidas tiveram, por enquanto. Por isso, recomendamos que o estudo seja aprofundado, através de fontes de dados secundários sobre o tema.

Palavras-chaves: Pandemia. COVID-19. Medidas governamentais. Estudo de múltiplos casos. América do Sul

PROTEÇÃO SOCIAL PÓS-PANDEMIA: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE INSTITUIÇÃO DE UMA RENDA BÁSICA NO BRASIL. Lucas Oliveira Tibau (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP - FGV) e Alexandre Abdal Cunha (Professor e Pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Este artigo busca compreender como e em que medida a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, contribuiu para mudar o rumo da política social brasileira, com a análise de projetos (de 2020 a agosto de 2021) de criação de diferentes desenhos de renda mínima e renda básica. A proteção social brasileira, desde o começo do século XXI, está estruturada principalmente em torno do Programa Bolsa Família, uma política de transferência de renda não-contributiva e que se mostrou bastante exitosa em reduzir os níveis de pobreza e extrema pobreza no país. Contudo, o PBF revelou-se aquém do atendimento das necessidades de grande parcela da população que se viu impedida de trabalhar e gerar renda com a pandemia, o que abriu a necessidade de construção do Auxílio Emergencial e a ampliação do debate sobre políticas sociais no Brasil. **[METODOLOGIA]** Foram adotados os métodos de revisão documental, notadamente de Projetos de Lei, matérias jornalísticas e bibliografia acadêmica e especializada, e de entrevistas semiestruturadas, feitas com atores relevantes ao tema: o sociólogo Rogério Barbosa, o presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, Leandro Ferreira, a pesquisadora Letícia Bartholo e a deputada federal Tabata Amaral. **[RESULTADOS]** O Auxílio Emergencial foi um importante ponto de inflexão, mudando a discussão sobre o rumo da proteção social não-contributiva, expondo defasagens do atual sistema e colocando a renda básica e seus princípios de volta na pauta do debate público e parlamentar. Diversas proposições de atores relevantes envolvidos em transferências de renda foram feitas, algumas mais restritas e conservadoras, como o PL 5.343/20 do senador Tasso Jereissati, outras com metas mais abrangentes, como pela atuação da Rede Brasileira de Renda Básica. O governo federal apresentou o Auxílio Brasil, e o Congresso Nacional formou uma Frente Parlamentar Mista em defesa de uma renda básica. No entanto, o caminho rumo a uma renda básica no Brasil ainda se encontra no médio a longo prazo, e depende fundamentalmente de questões complexas nos âmbitos orçamentário e político.

Palavras-chaves: renda básica; proteção social; transferência de renda; política social.

A OPERAÇÃO LAVA JATO COMO PONTO DE INFLEXÃO SOBRE O ESTADO DE DIREITO E A DEMOCRACIA NO BRASIL. Amanda Picazio Toledo. (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV), Rafael Rodrigues Viegas e Maria Rita Loureiro (Pesquisadores do Departamento de Gestão Pública, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] O artigo visa analisar a chamada “Operação Lava Jato” em conexão com a crise do Estado de Direito e da democracia brasileira. Para tanto, maneja ferramentas do institucionalismo histórico e usa técnica qualitativa. **[METODOLOGIA]** Inicialmente, discute a literatura sobre a Lava Jato, apontando duas dimensões analíticas aí abordadas: a) de um lado, as explicações relativas às transformações da rede da accountability da administração pública, em especial de duas instituições do sistema de justiça que integram essa mesma rede, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal; b) de outro, aquelas que afirmam ser a Lava Jato evento crítico que atinge o Estado de Direito e a democracia brasileira. A análise aqui efetuada inova em alguns pontos. **[RESULTADOS]** Argumenta que embora a Lava Jato seja um caso único, em termos de seu funcionamento e desdobramentos concretos, ela se conecta a processo internacional mais amplo de combate à corrupção e de introdução de práticas de lawfare, no contexto da globalização econômica e no quadro das relações geopolíticas, liderado pelos Estados Unidos. No nível interno, reitera que a Lava Jato é parte de processo que promoveu a assunção da direita ao poder no governo federal em 2018, estando atrelada à tentativa de instalação de Estado autoritário e policial no país, que criminaliza a política e viola direitos, destruindo o projeto de Estado Democrático e Social delineado na Constituição de 1988. **[CONCLUSÃO]** Por fim, o trabalho destaca ainda um problema não explorado na literatura, referente à tensão entre o controle que a rede de accountability federal exerce sobre a administração pública e o modelo de federalismo brasileiro.

Palavras-chaves: Estado de Direito; Democracia; Burocracia; Lava Jato; Institucionalismo Histórico; Federalismo.

COOPERAÇÃO FEDERATIVA INTERESTADUAL NO BRASIL: O CASO DO CONSÓRCIO DO NORDESTE. Guilherme Pestana Brom (Bolsista de Iniciação Científica, FGV-EAESP) e Prof. Eduardo José Grin (Professor e Pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] Ao analisar políticas públicas, é importante olhar para as ações coordenadas realizadas em âmbito subnacional. Por mais que a articulação regional no Brasil até os dias atuais seja, majoritariamente, no nível intermunicipal, o associativismo interestadual vem crescendo cada vez mais e tem no Consórcio Nordeste seu caso mais notório. Assim, objetiva-se compreender os limites e desafios enfrentados pelo Consórcio Nordeste enquanto instrumento de cooperação intergovernamental, bem como os motivos para a associação. **[METODOLOGIA]** O referencial teórico tem a função de resgatar a discussão já existente sobre consórcios intermunicipais no Brasil para poder ir além e compreender como está se construindo o associativismo no nível estadual, com o auxílio de uma enxuta literatura nacional a respeito do tema e da literatura internacional. Em seguida, uma análise de dados secundários é necessária para identificar quem são os atores interessados em se consorciar e as razões para tal. **[CONCLUSÃO]. Então,** é preciso apresentar a estrutura e funcionamento do Consórcio Nordeste e do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus através de uma análise documental. Por fim, a análise empírica, baseada em entrevistas semi-estruturadas e em informações coletadas na reunião de Planejamento Estratégico do Consórcio Nordeste de 2021, discute a experiência até o momento, à luz da literatura, ao olhar para a governança inovadora e os ganhos de escala obtidos pela entidade. **[METODOLOGIA]** A presente pesquisa traz uma contribuição importante para o campo do associativismo interestadual, na medida em que traz luz à experiência do Consórcio Nordeste e seu pioneirismo.

Palavras-chaves: Administração Pública; Federalismo; Associativismo interestadual; Consórcios Públicos; Consórcio Nordeste

DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO E DESIGUALDADE SOCIAL: A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ILHABELA (SP). Valentina Fink (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/CNPq) e Professor Fernando Burgos (Professor e Pesquisador do Departamento de Gestão Pública - GEP, FGV-EAESP).

[INTRODUÇÃO] O estudo analisa como a pandemia da COVID-19 afetou o desenvolvimento local do município de Ilhabela (SP). A contribuição central deste projeto é a compreensão das mudanças que ocorreram entre julho de 2020 e julho de 2021 no desenvolvimento local da cidade, e de que maneira este fator está ligado à pandemia do Coronavírus. Dentre os objetivos específicos, estão: a) mapear os impactos da pandemia nas principais secretarias municipais de Ilhabela ligadas ao desenvolvimento local; b) identificar as medidas de enfrentamento implementadas pelo poder público municipal no município contra o Covid-19 para dar continuidade à garantia de direitos básicos para a população; c) analisar a reação das empresas privadas relacionadas direta ou indiretamente ao setor de turismo ao Coronavírus e de que maneira se deu a continuidade do exercício de suas atividades, d) refletir sobre um provável aumento na desigualdade do município de Ilhabela, e de que maneira a vulnerabilidade social foi afetada pela pandemia.**[METODOLOGIA]** Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi fundamentada na análise de bibliografia específica; fontes documentais; indicadores sociais; e entrevistas. Foi realizado um estudo de caso (Yin, 2005) no município de Ilhabela (SP). A metodologia de coleta de dados consistiu em duas fases. A primeira fase, que teve duração até o final da pesquisa, foi o aprofundamento teórico sobre a questão do turismo e desenvolvimento local. Já a segunda fase consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas (conforme May, 2008). **[RESULTADOS]** O município de Ilhabela, durante a pandemia do COVID-19, teve sua atenção básica de saúde estruturada e fortalecida. Para conter o alastramento do vírus e proteger a população, diversas medidas de enfrentamento foram implementadas no município. Por conta disso, a taxa de internação por COVID-19 no município mostrou-se muito baixa, e a taxa de letalidade do município foi uma das menores do país. Observou-se também que o setor de turismo e eventos foi um dos mais impactados pela pandemia. A pandemia apresentou grandes impactos para o município como um todo. Dentre os mais destacados, pôde-se perceber: a deficiência na educação pública durante o período; aumento da fome no município; crescimento da falta de acesso à moradia; dificuldades no sistema de saúde; e principalmente as consequências relacionadas a todo o setor do turismo. **[CONCLUSÃO]** Assim, evidencia-se que, apesar de o município ter apresentado medidas de enfrentamento ao COVID-19 e medidas de proteção social adequadas, o aumento da vulnerabilidade social foi inevitável. Cabe ao governo municipal analisar o contexto regional e os recursos disponíveis para a implementação de políticas que auxiliem no combate à essa questão.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local; Covid-19; Ilhabela; Turismo

IMPACTO E EFEITO DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS NA PRESERVAÇÃO DOS EMPREGOS E DAS EMPRESAS. Luis Felipe Ázaro Berenguer (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Paulo Marzionna (Professores e Pesquisadores do Departamento de Ensino de Fundamentos Sociais e Jurídicos, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que estava em curso uma pandemia chamada COVID-19. Em questão de semanas, o vírus se espalhou pelo mundo, carregando junto com si impactos profundos na saúde pública e estresses sem precedentes nas relações comerciais e no mercado de trabalho. As medidas de restrição de circulação impostas pelos países para frear o contágio da doença acabaram afetando milhões de pessoas, que não conseguiam sair de casa para trabalhar. O objetivo deste trabalho é analisar se a abordagem do governo brasileiro no que tange a manutenção de empregos foi eficiente e entender os impactos já causados. Para que isso seja possível, serão levados em conta diversas publicações acadêmicas, dados de atividade econômica e levantamentos feitos pelas principais agências que acompanham a situação trabalhista no país.

[METODOLOGIA] A ideia central da pesquisa era olhar para a situação dos empregos durante a pandemia sob a ótica do direito trabalhista, aliado com o respaldo dos indicadores econômicos e de atividade. A abordagem utilizada para a realização desta pesquisa acadêmica pode ser considerada qualitativa, tendo em vista que a busca de informações aconteceu por meio da leitura de artigos, interpretação de medidas provisórias, consultas a sites de notícias, conversas com professores que orientaram o projeto e dados sobre o desemprego no Brasil e no mundo.

[RESULTADOS] Para mensurar a efetividade das ações do governo em prol da manutenção dos postos de trabalho dos brasileiros em 2020, três principais frentes foram levadas em consideração: dados de desemprego, avaliação da penetração das medidas e números de recuperação judicial solicitadas no país. Analisando os dados da PNAD Contínua foi possível observar que o auxílio emergencial no curto prazo conseguiu cumprir o seu papel, possuindo uma alta penetração na população de baixa renda e provendo liquidez para a economia brasileira. Além disso, no âmbito das empresas, sinais positivos foram apresentados nos dados apresentados pelo Serasa Experian, que reportaram níveis baixos de pedidos de recuperação judicial no final do ano de 2020.

[CONCLUSÃO] Depois de analisar as evidências descritas pelos dados e indicadores que foram mostrados, pode ser concluído que no curto prazo, as medidas impostas pelo governo para amenizar os danos da pandemia nos postos de trabalho tiveram uma efetividade considerável. Os dois principais pontos para chegar nessa conclusão foram os dados de penetração do auxílio emergencial (AE) no Brasil e os baixos pedidos de recuperação judicial ao final de 2020. Já no longo prazo, essa conjuntura é preocupante por uma série de motivos, mas os mais relevantes são a inconstância de renda e perda de direitos trabalhistas. Além disso, os altos gastos do governo para implementar as MPs só deverão ser sentidos com maior profundidade no futuro, mas os anseios destes impactos já são vigentes. Sendo assim, baseado nos dados analisados e nas considerações feitas, é possível concluir que as medidas provisórias adotadas pelo governo durante o ano de 2020 conseguiram amenizar os estragos causados pelas restrições da COVID-19, no entanto, o país leva para o longo prazo diversas preocupações e um legado negativo destas ações.

Palavras-chaves: Pandemia, Trabalho, Desemprego, Economia, Governo

AS OCUPAÇÕES E A PANDEMIA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO. Manoela Fagundes Gobbi Barbosa (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV) e Nome Maria Rita Garcia Loureiro (Professora e Pesquisadora no Departamento de Ensino Gestão Pública, GEP, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] Há algumas décadas, a questão habitacional se tornou objeto de ação tanto de governos locais quanto de movimentos sociais. No município de São Paulo, um dos principais repertórios de ação utilizado pelos movimentos de moradia tem sido a ocupação de imóveis ociosos no centro da cidade. Além de contribuir para pressionar por políticas públicas habitacionais, essa estratégia também garante que parte dos integrantes dos movimentos tenham uma alternativa habitacional no centro, ainda que provisória ou inadequada, pois muitos imóveis ocupados se encontram em condições precárias e com alta densidade populacional. Considerando que a pandemia de Covid-19 implicou grave crise econômica, política e sanitária e que seu impacto foi sentido de forma mais acentuada pela população de baixa renda, como muitos dos moradores das ocupações, o presente artigo tem como objetivo compreender como as ocupações do centro da cidade de São Paulo estão enfrentando a pandemia e seus efeitos adversos. **[METODOLOGIA]** Em termos metodológicos, esta pesquisa realizou um levantamento bibliográfico sobre o histórico das políticas habitacionais no país e das ocupações no centro de São Paulo, uma pesquisa sobre matérias de jornais que tratavam das ocupações na pandemia, além de doze entrevistas com roteiros semiestruturados divididas em quatro categorias: (i) moradores de ocupações, (ii) gestores públicos, (iii) estudiosos do tema e (iv) líderes de movimentos sociais. **[RESULTADOS]** Os resultados encontrados indicam que a pandemia recrudescer alguns dos principais desafios já identificados pela literatura em relação às ocupações: (i) moradores ainda mais fragilizados em termos econômicos e políticos; (ii) lotação máxima na maioria das ocupações, (iii) aumento de despejos e remoções, apesar das tentativas de resistência; (iv) necessidade de líderes nos movimentos sociais para gerir a crise e (v) fraca atuação dos órgãos governamentais. **[CONCLUSÃO]** Por fim, saliento que a conclusão deste estudo tem como objetivo contribuir com a literatura acerca do tema visto que ainda não há uma grande quantidade de pesquisas sobre a questão das ocupações habitacionais no Centro de São Paulo durante os meses de pandemia por se tratar de um assunto recente.

Palavras-chaves: Ocupações. Pandemia. Políticas habitacionais. Crise sanitária.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RAÇA, TERRITORIALIDADE E MULTICULTURALISMO. Luiz Renato Belia Unger (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP-FGV) e Márcio José de Macedo (Pesquisador no Centro de Estudos CAPG, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] O presente trabalho tem como objetivo expor duas dimensões referentes às políticas públicas quilombolas, um institucionalizante e outro desinstitucionalizando. Para tal, buscou-se evidenciar tanto uma dimensão cultural simbólica, que envolve as formas de reconhecimento a respeito de tal população por parte do Estado, quanto uma dimensão redistributiva, que diz respeito à dimensão orçamentária das políticas. Sendo assim, foram observadas as ações realizadas pós 1988, buscando caracterizar dois ciclos de políticas públicas. O olhar a respeito das políticas públicas é elencado não apenas de uma maneira focalizada, mas incorpora políticas sociais universais que também passam por tal processo de desmonte e mitigação de direitos. **[METODOLOGIA]** A abordagem qualitativa foi utilizada para a realização da pesquisa. Para a obtenção dos dados foi utilizado tanto fontes primárias quanto fontes secundárias, assim como foi realizada uma entrevista semiestruturada com a ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003-2008), Matilde Ribeiro. **[RESULTADOS]** A dimensão do reconhecimento das políticas públicas quilombolas, em larga medida, foi contemplada de forma mais abrangente a partir do principal programa destinado aos remanescentes de quilombos, o Programa Brasil Quilombola. Entretanto, a dimensão redistributiva apresenta-se como uma problemática histórica que permeia, em diferentes graus, diversos governos. Entretanto, a dimensão os avanços institucionais, em especial a transversalidade das políticas públicas e principalmente o reconhecimento e incorporação da temática na agenda política-governamental, passam por um intenso processo de esvaziamento e encerramento, que ocorre de maneira mais contundente a partir de 2016. **[CONCLUSÃO]** Em linhas gerais, o trabalho busca contribuir para o debate em torno das políticas públicas quilombolas e seu atual processo de desmonte.

Palavras-chave: Quilombolas; Políticas Públicas; reconhecimento; redistribuição; processo destituente; institucionalização; multiculturalismo.

TRABALHO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE INDÍGENA. Gabriela Tacla Barros (Bolsista de Iniciação Científica, CNPq) e Fernando Burgos (Coordenador Geral do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getulio Vargas (FGVceapg), EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO] A presente pesquisa analisa como ocorre, na prática, a integração dos saberes tradicionais e os chamados “saberes científicos” dentro das políticas implementadas pelo governo federal, analisando projetos e políticas na área da saúde indígena para redução das vulnerabilidades das comunidades beneficiadas. A partir disso, foram analisados os desafios na formulação e implementação das políticas federais e locais de saúde indígena e a identificação de boas práticas de integração de saberes tradicionais com “saberes científicos” no âmbito federal e local. A partir da análise da literatura existente, realizamos um estudo de casos múltiplos, com três experiências em diferentes estados brasileiros – Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraíba. **[METODOLOGIA]** A coleta de dados foi feita através de análise documental sobre os programas e entrevistas semi-estruturadas com lideranças indígenas e atores públicos que atuam nestes programas. **[RESULTADOS]** Como resultado, foi possível perceber que apesar da intenção positiva de se criar uma política especial para os povos indígenas, há ainda muitos gargalos encontrados no caminho, como falhas organizacionais dos DSEIs, ineficiência do controle social proposto, o olhar cético para as práticas tradicionais e a acentuação do descaso governamental durante o período da pandemia. **[CONCLUSÃO]** Concluimos que há a necessidade de reformas e avaliações quantitativas e qualitativas da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, com o objetivo de reduzir essas falhas e implementar uma política mais eficiente. Para isso, demanda-se uma transformação na forma que o Estado e sociedade olham para os povos indígenas e a cultura tradicional, inserindo esses últimos no mundo acadêmico ou como profissionais de saúde dentro do subsistema indígena.

Palavras-chaves: Políticas públicas; políticas de saúde; povos indígenas; saúde indígena; saberes tradicionais.

IMPACTO DA PANDEMIA COVID – 19 NA MOBILIDADE INTERNACIONAL DE TRABALHADORES. Matheus Rodrigues Da Cunha De Cerqueira (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Paulo Marzionna (Professores e Pesquisadores do Departamento de Ensino de Fundamentos Sociais e Jurídicos, EAESP- FGV).

[INTRODUÇÃO] Este projeto de iniciação científica possui como objetivo principal examinar e descrever as importantes medidas e tratados estabelecidos contra a mobilidade de pessoas em determinada área de pesquisa, a Europa, com o trabalho sendo presente no campo de estudo do Direito do Trabalho Internacional. **[RESULTADOS]** Assim, procurou-se entender as medidas adotadas pelo bloco e seus países membros, investigando, portanto, tanto o aspecto coletivo quanto o individual **[CONCLUSÃO]** Como resultado de pesquisa, concluiu-se que os Estados optaram por medidas semelhantes, mesmo com esse cenário sendo o oposto do observado inicialmente, a fim da manutenção dos tratados de livre circulação de indivíduos e o ideal de grupo como um todo.

Palavras-Chaves: Mobilidade, Pandemia, Europa, Trabalhadores, Saúde

MODELO DE DADOS FLEXÍVEL PARA ANÁLISE FUNDAMENTALISTA MODERNA: UM ESTUDO GERAL COM DADOS NO BRASIL. Guilherme de Araujo Gonçalves (Bolsista de Iniciação Científica, EAESP- FGV/ CNPq) e Rodrigo Marotti Togneri (Pesquisador do Departamento de Ensino de Tecnologia e Ciência de Dados, EAESP - FGV).

[INTRODUÇÃO]. Atualmente, com os dados sendo armazenados cada vez mais em nuvem por questões de segurança, backup e maiores facilidades no acesso, o custo computacional encontra-se em grande relevância. Apesar das aplicações serverless reduzirem CAPEX com servidores e estruturas iniciais, o OPEX agora torna-se mais importante, uma vez que os modelos de serviço em nuvem são pay-per-use. Dessa forma, reduzir o custo computacional de processamento e de armazenamento torna-se uma condição primária para aumento do lucro operacional de empresas que dependem de grandes quantidades de dados. O aumento da quantidade de dados e do surgimento de áreas mais especializadas como Big Data e Ciência de Dados fomenta o debate quanto a estrutura tabular ser a melhor forma de armazenamento de dados. A contraparte do modelo relacional é o modelo não relacional, conhecidos popularmente como banco de dados SQL e banco de dados NoSQL, respectivamente. Dessa forma, o intuito desse trabalho é demonstrar que um modelo de dados flexível para análise e precificação de ativos permite análises mais profundas e com menor custo frente às principais técnicas e dados disponíveis. **[METODOLOGIA]** Para realização desta pesquisa, decidiu-se por realizar um estudo de caso empírico com dois bancos de dados de diferente estrutura, mas com o mesmo conteúdo: informações contábeis de empresas brasileiras. Os dados financeiros foram obtidos do portal de dados abertos da CVM, sendo focado nos dados de empresas listadas visto que o objetivo é fornecer um banco de dados que possa ser utilizado para precificação de ativos por meio de análise fundamentalista. **[RESULTADOS]** O modelo final de dados NoSQL consiste em um objeto para cada empresa existente na bolsa de valores. Dentro desse objeto há as informações cadastrais obtidas do próprio site da B3. Além das informações cadastrais da bolsa brasileira, há também as informações financeiras obtidas da CVM, sendo essas as informações mais importantes para a realização do valuation das empresas. Em comparação com o modelo de dados SQL, o modelo flexível apresentou menor espaço de armazenamento, maior velocidade de processamento e melhor adaptação na precificação de ativos para diversos modelos. Contudo, uma desvantagem significativa foi o tempo de arquitetura e programação que se demonstrou maior no modelo não estruturado. **[CONCLUSÃO]** Embora algumas métricas quantitativas podem ser observadas nesse estudo específico, salienta-se aqui que o banco de dados utilizado ainda foi pequeno para conclusões puramente computacionais, embora aponte-se uma superioridade do modelo NoSQL. Quando comparado com um banco de dados SQL em nuvem com as mesmas capacidades de processamento, as consultas NoSQL apresentaram maior velocidade e os dados demonstraram menor espaço de armazenamento. O grande ponto de destaque verificado com o estudo é que, qualitativamente, a estruturação de uma base de dados flexível auxilia a realização do valuation de empresas, pois permite compreender maiores aspectos sobre a estrutura contábil e de negócios da empresa a ser analisada. Quanto ao custo computacional, sugere-se realizar um estudo acoplado modelos de *valuation* mais complexos aos modelos de dados para obter a conclusão correta.

Palavras-chaves: Banco de dados, Análise Fundamentalista, Valuation, NoSQL, MongoDB

O IMPACTO DO HOME OFFICE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E O FUTURO DO TRABALHO. Marina Grieg Staubitz (Bolsista de Iniciação Científica CNPq) Marcelo Galletti Ferretti (Professore e Pesquisador do Departamento de Ensino FSJ, EAESP-FGV)

[INTRODUÇÃO] Em março de 2020, a OMS declarou estado emergencial em relação ao novo Coronavírus que surgira na cidade chinesa de Wuhan alguns meses antes. A partir da necessidade urgente de contenção do vírus, as autoridades governamentais e sanitárias instituíram medidas de isolamento social que modificaram completamente o arranjo societal. Uma das mudanças mais preponderantes do contexto pandêmico diz respeito a adoção maciça da modalidade *home office*. Inúmeras empresas viram-se obrigadas a orientar seus empregados a trabalharem remotamente, e o rearranjo trabalhista culminou numa situação nunca antes vista. Por conta da volumosa adesão ao trabalho remoto, o equilíbrio trabalho-família e o bem-estar dos trabalhadores viram-se, em grande parte, bastante fragilizados. Dessa forma, o presente artigo busca compreender os impactos do *home office* para o trabalhador no que diz respeito a sua saúde mental e as consequências, tanto positivas quanto negativas, advindas dessa modalidade de trabalho. A pesquisa buscou dar especial atenção ao recorte de gênero que orientou a temática desta pesquisa voltada para o campo de Psicologia Organizacional e do Trabalho. A opção por esta abordagem deu-se por conta da observação da maneira como as mulheres foram mais fortemente afetadas pela remodelação do ambiente de trabalho. As jornadas múltiplas, que historicamente já recaíam sobre as mulheres, foram ainda mais intensificadas, causando consequências desfavoráveis para a figura feminina no mercado de trabalho, em especial o mercado corporativo. Nesta pesquisa são abordados temas como o histórico da saúde mental no trabalho; o trabalho remoto e a maneira como este é capaz de afetar os indivíduos, em especial àqueles que fazem parte da composição de família em que há um homem, uma mulher e filhos. A questão da maternidade é amplamente trabalhada no artigo. **[METODOLOGIA]** A pesquisa contou com extensa revisão bibliográfica bem como a utilização de dados secundários disponibilizados por organizações nacionais e internacionais, como o IBGE e a Consultoria McKinsey, orientando-se pelo método de pesquisa explicativa, aprofundando os conhecimentos do estado da arte e relacionando-os, a fim de obter-se uma visão mais ampla da relação entre os temas de saúde mental, trabalho remoto e jornada de trabalho feminina. **[RESULTADOS]** Foi trazida à luz como as mulheres são impactadas no trabalho à distância, tanto nos aspectos positivos – como, por exemplo, a não-necessidade de fazerem-se do uso de licenças do trabalho (recursos muitas vezes enxergues de maneira desfavorável pelos colegas de trabalho) –, quanto aspectos negativos, dando como principal exemplo a intensificação de jornadas múltiplas e dissolução do equilíbrio trabalho-família, de forma que as profissionais são sobrecarregadas em função da justaposição de funções de asseio doméstico, cuidado com os filhos e o próprio trabalho remunerado. Ademais, explorou-se a maneira como os gestores podem contribuir com a melhoria do bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, incluindo também iniciativas específicas para mulheres e mães. **[CONCLUSÃO]** Com este estudo, é esperado que haja contribuição para as áreas de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas das corporações, que reconhecerão o quão fundamental é instituir práticas e iniciativas voltadas para a manutenção do bem-estar do trabalhador que exerce a modalidade *home office*, em especial de profissionais mulheres, enfatizando que políticas inclusivas, flexíveis e específicas colaboram com a jornada em busca de maior igualdade de gênero bem como encaminham maior produtividade e menos rotatividade de funcionários e, conseqüentemente, maior rendimento para as empresas.

Palavras-chaves: Trabalho remoto, Saúde Mental no Trabalho, Jornada de Trabalho Feminina, Políticas Inclusivas, Recursos Humanos

CONEXÃO LOCAL

RESPOSTAS INDÍGENAS À PANDEMIA DO COVID-19: OS CASOS DE SÃO PAULO-SP E SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM. Paola de Angelis, Pedro Peria, Sophia Veronesi, Teresa Harari (Conexão Local, EAESP- FGV)

[INTRODUÇÃO] A política de saúde indígena no Brasil é composta por um ecossistema de organizações diversas, que abarca desde órgãos governamentais até associações indígenas, indigenistas e religiosas. As diversidades regionais e étnicas, somadas às diferenças nas naturezas das parcerias, trazem desafios para a garantia dos direitos dos povos indígenas. Por um lado, esta configuração permite maior abertura da Administração Pública às respostas criadas pela sociedade civil em benefício do público. Por outro, as diferenças de tratamento e as dificuldades de controle das atividades das conveniadas exigem um questionamento sobre as possibilidades de manutenção e expansão dos direitos dentro desse modelo. **[METODOLOGIA]** O presente trabalho parte deste contexto e busca compreender como esta rede de atores articulou respostas para os efeitos da pandemia de COVID-19 nas Terras Indígenas (TI). Para tanto, apresentamos dois estudos de caso baseados nas experiências de agentes e organizações voltadas à saúde indígena nos municípios de São Paulo (SP) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Entre os meses de janeiro e outubro de 2021, analisamos uma série de contratos e convênios firmados entre organizações e Governo Federal e realizamos entrevistas semi-estruturadas, a fim de obter informações de primeira ordem sobre o atual estado da arte da saúde indígena e das parcerias que a conformam. **[RESULTADOS]** Nossos resultados apontam que, a despeito de todas as vulnerabilidades que incidem sobre as populações indígenas no Brasil, o contexto territorial, a disponibilidade de recursos e serviços, mostrou-se um agravante no caso de São Gabriel da Cachoeira e um atenuante no caso de São Paulo. Além disso, ficou patente a importância da manutenção de um diálogo intercultural com as comunidades indígenas e do comprometimento ético e político das organizações parceiras para a efetividade do modelo. **[CONCLUSÃO]** Dessa forma, concluímos que o associativismo indígena é peça chave no entendimento das boas práticas de gestão e de políticas públicas. Na corrente situação de calamidade, a efetividade dessas redes voltadas para a garantia do direito à saúde e da participação torna-se ainda mais relevante. Por ser uma temática ainda inexplorada pela literatura de Administração Pública, esta pesquisa constitui uma contribuição original e embrionária, pois amplia um diálogo direto e colaborativo entre as áreas de Administração Pública e das Ciências Sociais, especialmente com a Antropologia.

Palavras-chaves: Sociedade Civil; Estado; Participação; Saúde Indígena; COVID-19

O PROGRAMA CIENTISTA CHEFE COMO POLÍTICA PÚBLICA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO. Caio Cruz, Júlia Braga, Mayara Matos e Brenda Machado

[INTRODUÇÃO] O programa Cientista Chefe, parceria entre a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e o Governo do Ceará, busca trazer inovação para a gestão pública estadual através do trabalho cooperativo entre cientistas e gestores públicos. **[METODOLOGIA]** O presente trabalho analisou o processo inicial de implementação do Programa de Cientista Chefe buscando entender como o seu planejamento é traduzido em ações, como os recursos do Estado foram alocados e quais são os fatores relevantes para o sucesso da realização desse no presente neste estágio. **[RESULTADOS]** Assim, o projeto busca contribuir com a agenda de análise de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação na gestão pública e na articulação entre governo e academia. **[CONCLUSÃO]** Como resultado foram encontrados relatos, através de entrevistas com atores responsáveis pelo programa, que comprovam que a articulação entre os agentes representantes da academia e do governo do Ceará é um dos principais fatores para o sucesso do programa e de sua atuação.

Palavras-Chave: Implementação; inovação, burocracia; cientista chefe; políticas públicas; academia; articulação.

UMA EDUCAÇÃO E GESTÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE: ESCOLINHA MARIA FELIPA

[INTRODUÇÃO] Esse trabalho compreende a importância da educação como um dos principais caminhos para a redução de desigualdade. Para isso, pesquisamos um modelo de gestão e pedagogia afrocentrada, afro-brasileira, antirracista e decolonial. A Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (EMF), tem como propósito a educação para a diversidade, ensino afrocentrado, respeito às múltiplas infâncias, educação trilíngue – português, inglês e libras -, aulas especializadas -capoeira, dança afro, teatro e circo - e setor de psicologia escolar. **[RESULTADOS]** E a partir desses propósitos buscamos responder como é construída a cosmovisão dos pilares da gestão decolonial na escola Maria Felipa. **[CONCLUSÃO]** Como resultados encontramos uma gestão de mulheres negras protagonistas e insurgentes que têm como pilares de gestão, na mesma medida, Diversidade interseccional e transversalizada, Escuta e Espaço comunitário. Elementos base para a construção de uma frente de resistência aos pressupostos de um mundo racista, patriarcal, sexista, etário e capitalista.

Palavras-chave: Gestão decolonial, interseccionalidade, decolonialidade, educação.

ACESSE OS TRABALHOS E APRESENTAÇÕES:

Os **trabalhos** do **PIBIC** estão sendo disponibilizados em nosso portal:
<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/PIBIC/2021>

Apresentações em **vídeo** dos trabalhos do **PIBIC** estão sendo disponibilizados no YouTube:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PL5rLObN0JX8utmlo4ptzxVcoli74MIZZ5>

Os **trabalhos** do **Conexão Local** estão sendo disponibilizados em nosso portal:
<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/relatorios-do-projeto-conexao-local>

Apresentações em **vídeo** dos trabalhos do **Conexão Local** estão sendo disponibilizados no YouTube:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PL5rLObN0JX8sSa1Iu60CWIm6dZ6k3nn8W>

Podcasts dos trabalhos do **PIBIC** e **Conexão Local** estão sendo disponibilizados:
<https://anchor.fm/fgv-eaesp-pesquisa/episodes/Cooperativismo-em-Educao-e16gos4>